



VIOLÊNCIA

Operação dá novo golpe nas finanças do PCC

Batizada de Off White, incursão do Ministério Público de São Paulo avança sobre esquema de lavagem de dinheiro e prende um dos seus principais operadores. “Diabo Loiro” se apresentava como influenciador digital e ostentava vida de luxo nas redes sociais

» FABIO GRECCHI

Uma operação conduzida pelo Ministério Público de São Paulo prendeu, ontem, Eduardo Magrini, o “Diabo Loiro”, apontado como um dos responsáveis pelo esquema de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo o MP-SP, ele está envolvido na prática de crimes há pelo menos 30 anos e acumulando condenações por tráfico de drogas e uso de documentos falsos. Magrini também é conhecido nas redes sociais e se apresenta como influenciador — a conta que mantém no Instagram tem, aproximadamente, 105 mil seguidores, na qual ostenta fotos com carros de luxo, de viagens e com itens de alto luxo.

A incursão, batizada de Off White, foi realizada em Campinas e mira o esquema de lavagem de dinheiro ligado a Sérgio Luiz de Freitas Filho, o “Mijão”, e Álvaro Daniel Roberto, o “Caipira”. Os dois estão na lista dos traficantes mais procurados do país.

Na ação, o suspeito Luís Carlos dos Santos foi morto depois de fingir que se renderia aos policiais que foram à sua casa, em um condomínio de luxo no bairro Colinas do Ermitage, no distrito de Sosas. Ele tentou fugir pela varanda, mas voltou atirando contra os agentes. Na troca de tiros, um sargento da Polícia Militar foi

Reprodução/Instagram pessoal



Eduardo Magrini mostrava sua condição financeira no Instagram e tinha cerca de 105 mil seguidores. Na verdade, ele era parte da “lavanderia” do PCC

atingido, mas sem gravidade.

Luís Carlos é pai de Rafael Luís dos Santos, outro dos investigados na Off White, e ambos são apontados como integrantes do esquema de lavagem de capitais operado por

Maurício Silveira Zambaldi — conhecido como “Maurício Dragão”, que foi preso, em agosto, também em Campinas, pela suspeita de estar por trás do financiamento de um plano do PCC para assassina

um promotor público.

Principal alvo da operação de ontem, “Diabo Loiro” é um dos envolvidos nos ataques do PCC ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic)

de São Paulo, em 2006. Ele também faz parte da “Sintonia FM” da facção, que cuida dos pontos de venda de drogas.

“Diabo Loiro” é apontado pelo MP-SP como o principal canal

entre o PCC é uma rede de agiotas e influenciadores digitais, que movimentava grandes quantias de dinheiro obtidas com o tráfico de drogas. O grupo mistura os valores ilícitos a recursos provenientes de atividades empresariais legais para dificultar o rastreamento pelas autoridades e pelo sistema financeiro. Para ocultar a origem ilícita dos recursos, a quadrilha utilizava diferentes estratégias, sobretudo a utilização de fintechs e criptomoedas.

Além disso, nas postagens que faz no Instagram “Diabo Loiro” se diz amigo do campeão do UFC Charles do Bronx. Também mostra, em uma das publicações, ter ganhado um relógio de luxo do cantor MC Ryan SP. O lutador e o músico não foram alvos da operação, que cumpriu nove mandados de busca e apreensão, além do sequestro e do bloqueio de 12 imóveis de alto padrão e de valores existentes em instituições bancárias.

A operação de ontem é o segundo grande golpe contra as finanças do PCC. Em 28 de agosto, a facção sofreu um duro baque com a Operação Carbono Oculto, deflagrada em conjunto pela Polícia Federal (PF), pela Receita Federal (RFB) e o MP-SP, cujo principal objetivo foi dismantelar um dos braços de atuação no setor de combustíveis — sobretudo a adulteração com metanol — e no mercado financeiro.

Ataque à quadrilha do Pix

A Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, novos mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento no ataque hacker que desviou R\$ 813 milhões por meio do sistema Pix. Foram 19 ordens de prisão preventiva e sete de prisão temporária. Como parte dos alvos está no exterior, a corporação pediu ajuda, além da Interpol, a autoridades da Espanha, Argentina e Portugal para cumprir os mandados.

Segundo a PF, o dinheiro foi desviado de contas usadas por bancos e instituições de pagamento para administrar transferências Pix de seus clientes. Foram cumpridos 42 mandados de

busca e apreensão e 26 de prisão nas cidades de Goiânia, Brasília, João Pessoa, Belo Horizonte. Em Minas Gerais, os alvos estavam nos municípios de Betim e Uberlândia. Em Santa Catarina, os mandados foram destinados às cidades de Itajaí e Balneário Camboriú; na Bahia, em Camaçari; e, em São Paulo, no município de Praia Grande, além da capital do estado.

Foram determinadas também medidas de bloqueio de bens e valores, na ordem de até R\$ 640 milhões. De acordo com a PF, os investigados são suspeitos de terem cometido crimes de invasão

de dispositivo informático e furto mediante fraude eletrônica, além de lavagem de dinheiro.

Considerado o maior ataque cibernético ao sistema financeiro brasileiro, a invasão hacker aconteceu por meio da empresa de tecnologia C&M Software (CMSW), que interliga instituições financeiras aos sistemas do Banco Central. O dinheiro foi desviado por meio de transferências fraudulentas via Pix.

A segunda fase da Operação Magna Fraus é desdobramento da investigação aberta em julho. Na primeira etapa do inquérito, a PF prendeu um funcionário terceirizado da C&M, que confessou ter

facilitado o ataque. A quadrilha era altamente organizada e especializada, inclusive com pessoas especializadas em realizar invasões hackers.

Os criminosos obtinham contas de instituições de pagamento para a movimentação rápida de valores. A partir daí, convertiam o dinheiro em criptoativos e faziam transações entre carteiras de ativos virtuais ponto a ponto, sem qualquer registro ou controle.

O dinheiro das fraudes, depois de tornado criptoativos, era revertidos em dinheiro e bens no Brasil e no exterior para uso dos integrantes do esquema.

Divulgação/Polícia Federal



Pistolas apreendidas na ação contra grupo que atacou sistema financeiro

MEIO AMBIENTE

Desmate na Amazônia e no Cerrado cai 11%

» IAGO MAC CORD*

A Amazônia e o Cerrado apresentaram, cada um, uma redução de aproximadamente 11% no desmatamento. Os dados, divulgados ontem, foram levantados pelo Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Entre 1º de agosto de 2024 e 31 de julho de 2025, a Amazônia teve uma área total de 5.796km² desmatados. Já no Cerrado, foram 7.235km².

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança Climática) destacou que os dados positivos demonstram o compromisso do governo federal com a meta de desmatamento zero até 2030. “A redução do desmatamento na Amazônia pelo terceiro ano consecutivo,

nesta gestão, e no Cerrado pelo segundo ciclo seguido, é a confirmação de que a agenda ambiental é prioritária e transversal no governo do presidente Lula. Isso é fundamental para que o país contribua para o enfrentamento à mudança do clima a nível global”, disse.

A taxa de desmatamento registrada na Amazônia é a terceira menor da série histórica do Prodes, iniciada em 1988. Na atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi verificada uma queda acumulada de 50% na devastação do bioma, em 2025, em comparação com 2022.

Cláudio Almeida, coordenador do Programa BiomasBR do Inpe, observou que essa queda de 50% mostra que a tendência está se mantendo ao longo dos anos. O

secretário extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA, André Lima, acrescentou

que se não fossem os incêndios “totalmente fora da curva” por questões climáticas, a queda no desmatamento teria sido “superior a 30%”.

Melhoria gradativa

AMAZÔNIA

Ano	Taxa de desmatamento
2018	7.530 km²
2019	10.129 km²
2020	10.851 km²
2021	13.038 km²
2022	11.594 km²
2023	9.064 km²
2024	6.518 km²
2025	5.796 km²

Fonte: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

CERRADO

Ano	Taxa de desmatamento
2018	7.259,82 km²
2019	6.319,02 km²
2020	7.905,16 km²
2021	9.531,44 km²
2022	10.688,73 km²
2023	11.011,69 km²
2024	8.174,17 km²
2025	7.235,27 km²

O Cerrado, por sua vez, está no segundo ano consecutivo de redução no desmatamento, depois de cinco anos de alta (2019 a 2023). No total de ambos os ecossistemas, foi evitada a emissão de 733,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO²) desde 2022, valor equivalente às emissões da Espanha e da França somadas naquele ano.

Mas, apesar das reduções significativas, existem grandes disparidades regionais. Na Amazônia Legal, os estados que mais contribuíram para a área desmatada total são Pará (2.098 km² ou 36,2%), Mato Grosso (1.572 km² ou 27,12%) — onde foi registrado, inclusive, um aumento de 25,05% na taxa de desmatamento — e Amazonas (1.016 km² ou 17,53%). As maiores reduções foram no Tocantins (-62,5%)

e Amapá (-48,15%).

No Cerrado, 77,9% do desmatamento ocorreu na região denominada de Matopiba (Maranhão, 2.006 km² ou 28%; Tocantins, 1.489 km² ou 21%; Piauí, 1.350 km² ou 19%; e Bahia, 790 km² ou 11%) durante o ano analisado.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) registrou, durante o ano de análise do Prodes, 9.540 ações fiscalizatórias, totalizando R\$ 4 bilhões em multas e 3.143 embargos. No caso do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foram 687 operações e cerca de R\$ 400 milhões em multas aplicadas.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi